

**LIVROS PARADIDÁTICOS NA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA:
lugar da identidade e do pertencimento étnico**

Thays Emanuely Alves de Araújo¹
Maria Fernanda dos Santos Alencar²
Cinthy Torres Melo³

Resumo: Este texto guiado pela questão de que forma a utilização dos livros paradidáticos contribui para a valorização da identidade e do pertencimento étnico das comunidades quilombolas?, busca refletir sobre a Educação Escolar Quilombola e a utilização de materiais de apoio pedagógico- o livro paradidático, nos espaços escolares. Pesquisa bibliográfica, de caráter exploratório, acolhe estudos de Melo (2004), Campello e Silva (2018), Paulucio (2018), Silva (2016), Silva (2020) na discussão da educação escolar quilombola e de um material didático específico que atenda as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. A partir deste estudo, verifica-se que ainda é um grande desafio se ter em escolas quilombolas livros didáticos e paradidáticos que representem a cultura e dialogue com os saberes das comunidades quilombolas, aproximando-se da realidade dos educandos e gerando o sentimento de pertença e o reconhecimento das identidades de forma positiva.

Palavras-chave: Educação Escolar Quilombola. Identidade Quilombola. Pertencimento étnico-cultural.

**PARADIDATIC BOOKS IN QUILOMBOLA SCHOOL EDUCATION:
place of identity and ethnic belonging**

Abstract: This text guided by the question of how the use of paradidactic books contributes to the valorization of identity and ethnic belonging of quilombola communities?, seeks to reflect on Quilombola School Education and the use of pedagogical support materials - the paradidactic book, in school. Bibliographical research, of an exploratory nature, welcomes studies by Melo (2004), Campello e Silva (2018), Paulucio (2018), Silva (2016), Silva (2020) in the discussion of quilombola school education and a specific didactic material that meets the National Curriculum Guidelines for Quilombola School Education. Based on this study, it is verified that it is still a great challenge to have didactic and paradidactic books in quilombola schools that represent the culture and dialogue with the knowledge of the quilombola communities, approaching the reality of the students and generating the feeling of belonging and recognition of identities in a positive way.

Keywords: Quilombola School Education. Quilombola Identity. Ethnic-cultural belonging.

¹ Graduada em Pedagogia pela UFPE-CAA e membro do Grupo de Estudo Pesquisa e Extensão em Educação do Campo e Quilombola (GEPECQ/UFPE/CNPQ). E-mail: tahysemanuely.009@gmail.com.

² Doutora em Ciências da Educação pela Universidad del Mar -Udelmar-Chile. Mestre em Educação pela Universidade Federal da Paraíba. Líder do Grupo de Pesquisa e Estudos em Educação do Campo e Quilombola (GEPECQ-CNPQ). Membro do Centro Paulo Freire: Estudos e Pesquisa. E-mail: fernanda.alencar@ufpe.br.

³ Doutora e mestre em linguística pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professora pesquisadora do LELIN- Laboratório de Estudos Linguísticos e Ensino de Línguas (UFPE/CAA) e do GEPECQ- Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Educação do Campo e Quilombola (UFPE/CAA). E-mail: cinthya.melo@ufpe.br.

LIBROS PARADIDÁTICOS EN LA EDUCACIÓN ESCOLAR QUILOMBOLA: lugar de identidad y pertenencia étnica

Resumen: Este texto, guiado por la pregunta ¿cómo el uso de libros educativos contribuye a la valorización de la identidad y pertenencia étnica de las comunidades quilombolas?, busca reflexionar sobre la Educación Escolar Quilombola y el uso de materiales de apoyo pedagógico - el libro paradidático, en el espacios escolares. La investigación bibliográfica, de carácter exploratorio, incluye estudios de Melo (2004), Campello e Silva (2018), Paulucio (2018), Silva (2016), Silva (2020) en la discusión de la educación escolar quilombola y material didáctico específico que atiende los Lineamientos Curriculares Nacionales para la Educación Escolar Quilombola. De este estudio surge que aún es un gran desafío contar con libros de texto y paradidáctica en las escuelas quilombolas que representen la cultura y dialogen con los saberes de las comunidades quilombolas, acercándose a la realidad de los estudiantes y generando el sentimiento de pertenencia y el reconocimiento de identidades de forma positiva.

Palavras-clave: Educación Escolar Quilombola. Identidad Quilombola. Pertenencia étnico-cultural.

Introdução

A Educação Escolar Quilombola ganha espaço a partir das lutas dos movimentos negros na década de 1980 (CAMPOS; GALLINARI, 2017). Ela é vista como uma política pública social que visa reconstruir o espaço educacional como espaço social de valorização plural. Conforme descrito nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (DCNEEQ), o processo de permissão e permanência de pessoas negras nas instituições escolares foi marcado por grandes desafios, pois “as lutas pelo direito à educação se articulam a outras lutas: pelo reconhecimento das suas identidades, pelo direito à memória e pela vivência da sua cultura” (DCNEEQ-BRASIL, 2013, p. 440).

Neste contexto, Alarcão (2003, p. 15) enfatiza que a escola “tem de ser um sistema aberto, pensante e flexível”. Sistema aberto sobre o pensar a escolar, seu papel e função e a sua relação com a comunidade para a produção do conhecimento estruturado na realidade social e cultural da comunidade, respeitando a participação dos estudantes e as suas experiências. Nessa proposição, dar voz e visibilidade a todos os envolvidos no processo educativo em uma ação-reflexão que busca a formação integral dos sujeitos.

No entanto, para a materialidade da escola na perspectiva referenciada por Alarcão (2003) e no atendimento aos anseios da população quilombola para a Educação Escolar Quilombola, considerando o que diz as DCNEEQ, há muitos desafios a vencer visando o reconhecimento, a valorização e o respeito às memórias do povo quilombola, principalmente

no contexto do governo de Jair Bolsonaro, em que há retrocesso em torno dos direitos sociais e os movimentos sociais são perseguidos e desconsiderados das discussões das políticas públicas, dentre elas as da educação.

Um dos desafios se institui no direito de participação de professores e de pesquisadores na produção do material didático como descrito nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola (BRASIL, 2013), objetivando um material didático com caráter mais específico em atendimento as DCNEEQ e a Lei 10.639/03, objetivando o processo histórico de luta, resistência e conquistas da população negra quilombola. Neste sentido, torna-se possível o acesso à cultura das comunidades, dos povos quilombolas, das histórias, saberes, memórias que discorram sobre uma educação *com* a comunidade e não *para* a comunidade como nos esclarece Silva (2011).

É referenciando esse desafio que surge o nosso objeto de estudo: os livros paradidáticos e o seu atendimento à Educação Escolar Quilombola (EEQ). Neste sentido, considera-se a relevância da temática como contribuição aos sistemas de ensino na necessidade de se pensar materiais apropriados ao atendimento da legislação educacional que trata sobre a luta e a reivindicação dos movimentos sociais quilombolas por uma escola significativa. Assim, a escola é considerada como espaço de formação importante para o reconhecimento da existência dos quilombolas e de seus territórios, tornando-a diferenciada (SILVA, 2011), aberta, pensante e flexível (ALARCAO, 2003).

Carril (2017, p. 551) destaca que “o espaço escolar reflete a sociedade e suas contradições, sendo palco de conflitos e desigualdades múltiplas e sobrepostas”. Todavia, é dentro desse espaço escolar que estão os materiais de apoio pedagógico, como os livros paradidáticos, que dão suporte aos professores no trabalho com os conteúdos escolares e com temáticas que abordam a sociedade, os sujeitos que nela estão inseridos, os processos de luta e de constituição de identidades.

Diante deste cenário, partimos do questionamento de que forma a utilização dos livros paradidáticos contribui para a valorização da identidade e do pertencimento étnico das comunidades quilombolas?, buscando analisar a importância do livro paradidático para valorização da identidade e do pertencimento étnico nas escolas quilombolas.

Procedimento Metodológico

Para o atendimento ao objetivo proposto, foi realizado estudo bibliográfico fundamentado na pesquisa de caráter exploratório. A pesquisa bibliográfica é “[...] elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, material cartográfico, internet [...]” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 54).

Segundo Severino (2007, p. 122), para a sua realização é necessário seguir os seguintes caminhos “[...] registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utilizam-se dados de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados”. Nesse intuito, fizemos um levantamento usando o termo “Educação Escolar Quilombola e paradidático” e, de forma isolada, os termos “Educação Escolar Quilombola” e “paradidático” nas seguintes fontes: Google Acadêmico (em páginas em português), Portal Capes (periódicos revisados por pares), Scielo (pesquisa por artigo), Sistemas de Publicação Eletrônica de Dissertação e Teses da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em pesquisa simples.

No levantamento realizado sobre os termos pesquisados, o Google acadêmico foi a fonte que nos apontou maior resultado, aproximadamente 16.200⁴. Na busca pelo termo “Educação Escolar Quilombola e paradidático”, localizamos para além de pesquisas vinculadas à temática do livro paradidático, estudos sobre: educação escolar quilombola como ação afirmativa, a construção da escola quilombola, o ensino da química, da matemática, experiências docentes, formação de professores na Educação Escolar Quilombola entre outros. Quando colocado de forma isolada o termo “paradidático”, encontramos resultados de pesquisas que tratam das seguintes temáticas que se aproximam da trabalhada neste estudo: racismo nos paradidáticos; o negro nos livros paradidáticos e a história dos africanos. Para compreender as orientações para a materialidade da Educação Escolar Quilombola (EEQ) nas escolas por meio dos sistemas de ensino federal, estaduais e municipais, fizemos uso do documento Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Quilombola (DCNEEQ), do Ministério da Educação.

⁴ Este resultado foi apontado até nossa última busca em 24/08/2021.

A Educação Escolar Quilombola nas Diretrizes Curriculares Nacionais: marcos de resistência e visibilidade

Para melhor entendermos sobre o livro paradigmático na Educação Escolar Quilombola, faz-se necessária a compreensão sobre educação quilombola e Educação Escolar Quilombola (EEQ), sabendo que são indissociáveis quando abordamos uma prática escolar na perspectiva da educação para a população quilombola.

Por educação quilombola se compreende aquela que é realizada no chão das comunidades, perpetuada principalmente pela transmissão oral e a partir da memória do coletivo. É uma educação da comunidade, ocorre fora dos muros da escola e busca consolidar o processo histórico-cultural, rompendo com uma cultura de silêncio e de opressão (BATISTA, 2005). A educação quilombola se pauta em uma concepção de educação popular que visa, além da conscientização crítica, uma consciência solidária que busca uma prática transformadora para uma sociedade mais justa e solidária (HURTADO, 2015).

A Educação Escolar Quilombola ainda é forjada em um contexto de invisibilidade da população quilombola, mas se nutre da luta e da resistência do povo que a solicita. Para compreender sua estrutura se faz necessário perpassar pelos marcos legais que a constitui. Silva (2011) explica que as comunidades quilombolas só foram reconhecidas de maneira formal através da Constituição Federal de 1988; no entanto, os processos de luta iniciaram desde o período colonial.

A Constituição de 1988, em seu artigo 205, declara a educação como “direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988). Esse dispositivo projeta princípios e bases, sendo o primeiro deles a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1988), o que nos leva a refletir que, ao apresentar tal princípio há desigualdade de condições de acesso e de permanência nos ambientes escolares, fortalecendo o questionamento sobre a efetivação desse princípio na história do atendimento à população quilombola.

A EEQ marca a constante luta pela educação e pelos direitos básicos, firmando-se também na luta pelo território. Neste sentido, a Constituição Federal do Brasil também diz em

seu art. 68 “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (BRASIL, 1988). O reconhecimento do território foi e ainda é uma luta árdua e complexa, mas foi por meio dessa conquista que a educação para a população quilombola começou a ganhar espaço no cenário brasileiro. No ano de 2003, temos duas conquistas relevantes para a população quilombola, a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Decreto nº 4.886/2003) que tem como objetivo a redução das desigualdades raciais no Brasil. Neste mesmo ano, há um marco na educação, a Lei 10.639/03 que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-brasileira.

Em 2008, a Lei 10.639/03 é substituída pela Lei 11.645 objetivando incluir os indígenas, assim ficando História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Para Gomes (2008), a conquista da Lei 10.639/03 é uma forte expressão do processo de luta dos movimentos:

Ela pode ser considerada a experiência de ação afirmativa que, do ponto de vista legal, mais se aproxima da concepção de igualdade que contempla a diversidade, pois trata-se de princípio orientador para toda educação básica e é dever das escolas públicas e privadas (GOMES, 2008, p. 104).

As ações afirmativas buscam beneficiar grupos que foram/são discriminados e excluídos socialmente. Nesse aspecto, a Lei 10.639/03 traz para dentro das escolas uma nova ótica sobre a história da população negra e quilombola “vista e compreendida por meio dos aspectos positivos da sua história na composição da sociedade brasileira e não apenas pela perspectiva do processo de escravidão” (CAMPOS; GALLINARI, 2017, p. 206).

Outra ação importante foi a criação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (DCNEEQ), no ano de 2012, implementada por meio da Resolução CNE/CEB nº 8, de novembro de 2012. A DCNEEQ orienta que a Educação Escolar Quilombola tenha como foco a realidade, a memória, as línguas reminiscentes, os repertórios orais, as tradições e os demais elementos que se forjam enquanto patrimônio cultural das comunidades quilombolas. Essa lei é vista como um marco na Educação Escolar Quilombola e precisa ser entendida como fruto de um processo de lutas sociais e não uma dádiva do Estado. É uma conquista coletiva, fruto das reivindicações do movimento quilombola, que expande o caminho na luta pelo direito a um processo educacional, no

interior das escolas, que atenda às necessidades das comunidades quilombolas.

As DCNEEQ, através da resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012, foram elaboradas com o intuito de contribuir na efetivação dos direitos dos quilombolas. Assim é ressaltado no Art. 1º:

Art. 1º.- § 1º A Educação Escolar Quilombola na Educação Básica: I - organiza precipuamente o ensino ministrado nas instituições educacionais fundamentando-se, informando-se e alimentando-se: a) da memória coletiva; b) das línguas reminiscentes; c) dos marcos civilizatórios; d) das práticas culturais; e) das tecnologias e formas de produção do trabalho; f) dos acervos e repertórios orais; g) dos festejos, usos, tradições e demais elementos que conformam o patrimônio cultural das comunidades quilombolas de todo o país; h) da territorialidade. (BRASIL, 2012).

O objetivo é o fortalecimento e o respeito à valorização da cultura, às especificidades e características particulares e à consideração aos modos de fazer e viver dos quilombos, pois os conhecimentos populares contribuem de forma significativa para a valorização da história e da cultura da população quilombola reconhecida como sujeitos de direitos (BARROS; BUENO, 2015).

Desta forma, compreendemos a Educação Escolar Quilombola como lócus de saberes e de perpetuação cultural, quando pensada e realizada com a comunidade e não apenas para a comunidade. Pois “[...] uma escola quilombola de qualidade pode garantir o empoderamento de suas crianças e jovens, garantindo a continuidade da luta de seus ancestrais. A consequência não pode ser outra que não a melhoria das condições do povo negro dessas comunidades” (CAMPOS; GALLINARI, 2017, p. 200-201).

Outro avanço é a inserção da Educação Escolar Quilombola como responsabilidade do sistema público de ensino, instituindo-se no sistema como uma modalidade da educação básica implementada por meio da Resolução Nº 4, de 13 de julho de 2010, conforme Art. 41, fazendo com que seja:

[...] desenvolvida em unidades educacionais inscritas em suas terras e cultura, requerendo pedagogia própria em respeito à especificidade étnico-cultural de cada comunidade e formação específica de seu quadro docente, observados os princípios constitucionais, a base nacional comum e os princípios que orientam a Educação Básica brasileira (BRASIL, 2010).

Entretanto, não pode ser pensada apenas em seus aspectos burocráticos que permeiam as políticas educacionais dentro do sistema de ensino. A Educação Escolar Quilombola necessita ser implementada em ação conjunta do poder público com as comunidades e organizações dos movimentos quilombolas trazendo para dentro das escolas a luta e os interesses quanto à educação necessária aos povos quilombolas.

O marco legal orienta dessa forma um processo educativo que valorize e respeite a pluralidade das comunidades, assim como seus costumes e tradições, com uma prática para além de uma educação dos padrões eurocêntricos e hegemônicos⁵. Para esse objetivo há de se ter uma escola que tenha como base a concepção multicultural propositiva, compreendida segundo Candau (2008, p. 20) “não simplesmente como um dado da realidade, mas como uma maneira de atuar, de intervir, de transformar a dinâmica social”, na possibilidade do respeito às diferenças.

Assim, reflete-se sobre o processo de construção da Educação Escolar Quilombola como pedra angular de uma educação de resistência e de constituição de direitos. Resistência para não desistir, mas persistir no esperar, como situa Paulo Freire em seus escritos, levantando-se para fazer de um novo modo, questionando, problematizando, analisando, intervindo e transformando no coletivo, como sujeitos históricos que somos.

A Educação Escolar Quilombola e os livros paradidáticos: instrumentos de identidade e pertencimento Étnico

O livro paradidático tem a perspectiva de aprofundar temáticas e ou conteúdos trabalhados no processo de escolarização. Diferentemente do livro didático que é o principal recurso de apoio utilizado pelos professores. O livro paradidático busca atender as especificidades e as necessidades de aprofundamento temático do planejamento didático dos professores em atendimento a um projeto político pedagógico.

Os livros didáticos foram firmados em um padrão eurocêntrico nos quais nossa história só começa a ser contada a partir da chegada dos portugueses e tudo que veio antes deles foi desconsiderado. Neste sentido, é recorrente os livros trazerem a figura do negro apenas como escravo, pobre e sem conhecimento. Esse processo de negação e de

⁵ Padrões eurocêntricos e hegemônicos referem-se à tentativa de dominação e padronização aos modelos de construção de conhecimento produzidos pelos europeus.

invisibilidade dos negros nas produções escolares é refletido na literatura infanto-juvenil de diversas formas:

[...] na ausência de sua representação em obras da literatura; no silenciamento de sua voz ou, mais frequentemente, na redução de sua imagem à condição de ser inferior e subalterno ou na associação de sua imagem com a pobreza e seu enquadramento em uma classe social ou status inferior ao do branco (SILVA, 2016, p. 17).

Silva (2016) ressalta que a apresentação do ser negro nas produções escolares ainda fortalece o preconceito e a discriminação sofrida pelas pessoas negras, porque mesmo quando colocadas como protagonistas das histórias estão em dependência dos brancos. Outro aspecto importante é o que diz Adão (2020) sobre as histórias com personagens negros serem, normalmente, escritas por adultos brancos que, de certa forma, acabam perpetuando padrões sociais da classe dominante. Aos poucos, esta realidade começa a ser modificada. No entanto, ainda não foi definitivamente resolvida nos materiais didáticos e literários.

Campello e Silva (2018) destacam que os livros didáticos buscam atender a um currículo, mas há demandas que não são solucionadas por eles. Por essa razão, surge o livro paradidático. Ele aborda conteúdos menos rígidos e serve como suporte ao livro didático para discussões que atendam a perspectiva da formação de outro pensar e refletir sobre a sociedade, a formação da humanidade e a construção de preconceitos.

Assim, os paradidáticos emergem como um novo desafio, o de auxiliar nos processos de aprendizagem trabalhando temas não aprofundados pelo livro didático. Com os paradidáticos, há uma maior possibilidade de se trabalhar temas transversais relacionados ao contexto social e cultural das comunidades. Por tal razão, faz-se necessário compreender o surgimento, as características e as finalidades que forjam essa proposta que vem ganhando cada vez mais espaço no cenário editorial.

A partir do conceito elaborado pelo dicionário interativo da educação brasileira, é possível definir o verbete paradidático como:

Livros e materiais que, sem serem propriamente didáticos, são utilizados para este fim. Os paradidáticos são considerados importantes porque podem utilizar aspectos mais lúdicos que os didáticos, e dessa forma, serem eficientes do ponto de vista pedagógico. Recebem esse nome porque são

adotados de forma paralela aos materiais convencionais, sem substituir os didáticos (MENEZES, 2001, s/p).

O termo ‘paradidático’ é reconhecido como tipicamente brasileiro, segundo o estudo de Melo (2004). A autora destaca que na década de 70 houve uma ampliação do mercado literário motivada pela Lei 5.692/71 que passou a exigir a utilização dos livros escritos por autores brasileiros nas escolas com classes de ensino fundamental. Entretanto, essa exigência só veio a se consolidar a partir da década de 90, em diferentes áreas de conhecimento, com características bem definidas como as descritas por Melo (2004):

São livros temáticos, ou seja, geralmente trabalham um tema por livro, e o conteúdo, normalmente, está de acordo com o currículo escolar; têm formatação diferente da do livro didático, se aproximando do formato da literatura infanto-juvenil; os conteúdos são trabalhados em forma de narrativas, na maioria deles; a preocupação pedagógica se sobressai às intenções estéticas e/ou literárias; possuem poucas páginas e estas são bem ilustradas e coloridas, podendo apresentar diferentes recursos linguísticos; apresentam apurado cuidado gráfico e uma nova diagramação (MELO, 2004, p. 18-19).

É perceptível que os paradidáticos têm sua estrutura diferenciada dos livros didáticos convencionais por terem grande foco na exploração da temática, no trabalho com a linguagem verbal e não-verbal e por agregar a ludicidade como estratégia para atrair os estudantes ao processo de aprendizagem. Segundo Silva (2020, p. 61), os paradidáticos “poderão em potencial contribuir no desenvolvimento do gosto pela leitura e escrita, ao tempo em que discute temas imprescindíveis para a formação crítica dos sujeitos”. Nesse sentido, Paulucio (2018), explica que uma de suas finalidades é assumir

[...] funções na vida da sociedade, as leituras de obras paradidáticas têm, portanto, o caráter de formar personalidades a fim de que os indivíduos se sintam partes da comunidade e atuem na vida social à luz das concepções que os autores apresentam na pluralidade do universo ficcional (PAULUCIO, 2018, p. 11-12).

O uso dos paradidáticos pelos professores demonstra o que Freire (2018, p. 47) nos ensina ao destacar que “saber ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”. Assim, percebemos que o paradidático se constitui com a finalidade de abordar temas transversais, de forma lúdica,

aproximando leitores da realidade e permitindo que sejam feitas reflexões acerca das temáticas trabalhadas e o contexto de suas realidades.

Os temas transversais são descritos por Silva (2020), como norteadores do aprofundamento de estudos que emergem da necessidade de uma educação formadora de sujeitos para uma cidadania efetiva. Por isso, a função dos paradidáticos não é apenas de reforçar conteúdos e auxiliar na construção de conhecimentos científicos, mas trabalhar valores e desenvolver a criticidade a partir das narrativas de histórias que representam as situações das realidades vividas.

As DCNEEQ (2012, p. 459) estabelecem como responsabilidade da União, do Estado, do Distrito Federal e dos Municípios “a aquisição e a distribuição de livros, obras de referência, literaturas infantil e juvenil, material didático pedagógico e de apoio pedagógico que valorizem e respeitem a história e a cultura das comunidades quilombolas”, destacando também a importância de uma formação que oriente os docentes a trabalharem com material específico para as escolas quilombolas.

Silva (2020), na busca de analisar os livros paradidáticos trabalhados na escola quilombola, em levantamento realizado na sua pesquisa dissertativa, encontrou e analisou cinco livros paradidáticos voltados para a escola quilombola sendo eles: “As Panquecas de Mama Panya”, de Mary e Richard Chamberlin; “Canção dos Povos Africanos”, de Fernando Paixão e ilustrações de Sérgio Melo; “Crianças - Olhar a África e Ver o Brasil”, escrito por Maria da Penha B. Youssef e fotografias de Pierre Fatumbi Verger e “Meu Avô Africano”, de Carmen Lúcia Campos, ilustrado por Laurent Cardon.

Os livros estudados por Silva (2020) estão estritamente ligados à história e cultura afro-brasileira e africana, podendo ser trabalhados de forma interdisciplinar, e essa é uma das fortes características do livro paradidático porque permite o entrelaçamento entre diversos conteúdos escolares como também culturais. As obras refletem as possibilidades do uso do paradidático em sala de aula trabalhando valores que exaltam a identidade e a cultura quilombola, o vestuário, os fenótipos negros, a religiosidade, a ancestralidade, a cooperação, a solidariedade e as relações de amizade.

Numa busca no *Google*, fazendo uso do descritor “livros paradidáticos quilombolas”, objetivando verificar a existência de livros paradidáticos que abordam temáticas relacionadas

ao quilombo, população quilombola, cultura quilombola, comunidades e personagens quilombolas, foram localizadas no mercado literário algumas obras⁶. Dessas, destacamos sete. A primeira é de Bruna de Campos Marques e Germana Ponce de Leon Ramirez ‘Quilombo, quilombola’. Na apresentação do livro, há o indicativo de que o objetivo é trabalhar a temática ética e a pluralidade cultural trazendo a seguinte apresentação: “Duas histórias, separadas por um belíssimo poema, apresentam como é a vida em uma comunidade quilombola no Brasil e promovem uma importante reflexão sobre os estereótipos construídos socialmente a respeito dos afrodescendentes” (MARQUES; LEON, 2018, s/p)

A segunda obra se chama ‘O Kalunga tem história: desafios para o ensino de química na Educação Escolar Quilombola’, de Juliana Moraes Franzão e Guimes Rodrigues Filho, publicado pela Navegando Publicações, em 2017. Faiad (2020) fez uma resenha sobre o livro informando que ele resulta da pesquisa de doutorado de uma das autoras, Juliana Frazão. Segundo Faiad (2020), o livro traz aspectos da vida nos quilombos de Goiás através do personagem José, jovem de 23 anos que retorna aos estudos quando é inaugurada uma escola de ensino médio na comunidade. Por meio desse processo de escolarização é que se conhece a comunidade, a cultura, as histórias e as memórias do quilombo de Goiás. Ao trabalhar com conteúdos de Química, a narrativa os interliga aos saberes tradicionais e à cultura da comunidade como forma de valorização e de reconhecimento às novas gerações de estudantes.

A terceira obra foi a de Luciana Sandroni, intitulada ‘Um Quilombo no Leblon’. Na descrição da obra, verificamos que se trata da história de um apoiador do movimento abolicionista, José de Seixas. O livro trabalha algumas concepções como a de ‘quilombo’. Ele também narra e traz explicações de outros fatos como, por exemplo, como se deu a escravidão de pessoas negras no Brasil; o surgimento do Quilombo dos Palmares; e a história de Ganga Zumba e Zumbi, líderes negros do quilombo dos Palmares, apresentando e contando a história das lideranças, das lutas e da resistência do povo negro contra a escravidão.

A quarta obra é a de João Bernardo da Silva Filho e Andrezza Lisboa, ‘Quilombolas: Resistência, História e Cultura’. Esta apresenta a seguinte informação:

⁶Tivemos perspectivas de apresentar as capas dos livros pesquisados, mas em consideração a lei de direitos autorais de imagens, optamos por não os apresentar.

Quilombolas aborda o quilombo como parte do processo de formação do povo brasileiro, revela características das comunidades remanescentes em todo o Brasil e o processo de legitimação dessas comunidades, que as reconheceu oficialmente como autênticas na permanência e importância de costumes e valores da vida nos quilombos (SILVA FILHO; LISBOA, 2013. CONTRACAPA).

A quinta obra ‘Quilombolas e Quilombos: Histórias do Povo Brasileiro’, de Isella Serrano, Mateus Henrique Pereira e Amélia Porto, é indicada para os anos finais do ensino fundamental. Os autores expressam que:

[...] quilombos e quilombolas são pensados sob uma perspectiva histórica. As temporalidades e os conflitos que formam boa parte da formação do povo brasileiro são abordados desde a adoção do trabalho escravo africano, no século XVI, até os sentidos contemporâneos associados às comunidades remanescentes de quilombos. Quilombolas e quilombos: histórias do povo brasileiro é fundamental para a reflexão sobre a diversidade. A partir da abordagem de um tema atual, a obra traça, por meio de texto fundamentado, questões relevantes sobre as dimensões históricas dos quilombos. Assim, os autores buscam promover a reflexão e o conhecimento histórico, instigando a compreensão sobre as comunidades remanescentes de quilombos enquanto povo brasileiro, por meio de uma estimulante articulação entre passado e presente (SERRANO; PEREIRA; PORTO, 2012, s/p).

A sexta obra localizada foi ‘Palmares: a luta pela liberdade’, escrita em quadrinhos por Eduardo Vetillo, lançada em 2017 pela Editora Cortez. Em sua descrição “A história dos quilombos registra diversos episódios de coragem e ousadia dos negros na luta por sua dignidade e liberdade. Zumbi dos Palmares é uma das mais marcantes referências desse percurso” (EDITORA CORTEZ, 2017, SINOPSE).

A sétima obra se chama ‘Quilombos e quilombolas: Passado e presente de lutas’, de Alexandre Lobão. Ela já aponta em seu título a existência dos quilombos e do seu povo interligados a um processo histórico de luta. Lobão, em seu *blog*, diz que a escrita do livro representa um chamado à responsabilidade social da situação das pessoas escravizadas e para isso reflete a necessidade da informação como caminho para o conhecimento e o compromisso. Segundo o autor,

Quando falamos sobre quilombos e quilombolas, a primeira impressão que temos é que se trata de um assunto restrito à época colonial do Brasil. No entanto, a história de lutas contra a escravidão começou há centenas de anos e continua até os dias atuais, com mais de 3.000 comunidades no Brasil

lutando por seus direitos e colaborando, decisivamente, para a preservação de sua cultura. Um livro repleto de curiosidades e conhecimento, que abre os olhos do leitor para um mundo sempre presente, mas ignorado por grande parte da população que vive nas grandes cidades brasileiras (LOBÃO, s/d).

Por meio desta pesquisa e da leitura das sete obras, verificamos que já há disponível alguns livros paradidáticos que abordam a história, a cultura, os valores, a memória, os saberes, as lutas e a resistência por liberdade e direitos do povo negro. Ressaltamos que esses resultados de pesquisa já apontam para um avanço da legislação, principalmente da lei 10.639/03 e das DCNEEQ - Resolução CNE/CEB nº 8, de novembro de 2012, que impulsionam novas práticas, leituras e construções de conhecimentos sobre temáticas até então ausentes do processo de formação das pessoas e que necessitam serem analisadas em seus conteúdos e imagens.

Livros paradidáticos: importância para a construção da identidade e do pertencimento étnico e da valorização da cultura

Compreendemos que a identidade é o reconhecimento que o indivíduo tem de si mesmo e que por isso se trata de um dos maiores desafios das comunidades quilombolas ao longo do tempo e da luta por sua existencialidade, pois é sobre um conceito hegemônico de sociedade que o preconceito e a desvalorização dos diferentes permeiam o espaço escolar. Como nos afirma Silva (2011), o acesso à educação é um caminho ao poder, quando negado, nega-se também a possibilidade à igualdade de oportunidades. Pois sabemos que:

[...] a educação é um dos maiores artifícios para a fuga da opressão. A população quilombola ao ter consciência de mundo pode atuar nele e ultrapassar as subalternizações impostas, tendo a possibilidade de enfrentamento da realidade com a práxis de reflexão e ação e assim, serem sujeitos transformadores da realidade (FREITAS; ARAÚJO, 2019, p. 14).

A formação da identidade nas comunidades quilombolas está estritamente ligada a um processo educacional libertador conforme chama atenção Freire (1986) de que essa, ao desenvolver um trabalho de ato libertador, pode formar as pessoas para serem protagonistas e sujeitos históricos de suas transformações. Na perspectiva freireana, a educação é permeada por elementos essenciais que a estruturam com o intuito de resgatar as memórias de luta e não as deixar perdidas no esquecimento, assim como afirma Gennari (2011, p. 10) “um povo sem

história é como um homem sem memória, que não sabe de onde vem e nem para onde vai”. Assim, torna-se necessário que as novas gerações adquiram o conhecimento sobre a história do seu povo, suas culturas, lutas, resistências e conquistas. Nas palavras de Santos, Rocha e Alencar,

[...] a memória tem sido o elo entre as heranças do passado e as novas configurações indenitárias propostas pela contemporaneidade, sendo por intermédio dela que novas identidades têm surgido e se afirmado no campo da aceitação do ser quilombola, rechaçando o imposto, o legitimado pelo colonizador (SANTOS; ROCHA; ALENCAR, 2018, p. 4).

A memória aqui se configura como recurso e necessidade para a compreensão da ausência da cidadania e a exigência, como sujeitos históricos, de direitos negados. Em complemento, Schmidt e Mahfoud (1993, p. 291), a partir dos estudos de Maurice Halbwachs, também explicam que a memória não é estritamente individual porque a sua construção ocorre “a partir de sua relação de pertença a um grupo. [...]pode ser entendida, então, como um ponto de convergência de diferentes influências sociais e como uma forma particular de articulação das mesmas”. A memória, então, deixa de ser da pessoa, individualmente, porque compartilhada e influenciada pelas relações com as quais interage, sejam de classe social, grupos aos quais se liga, ou da comunidade, se organiza em um quadro social comum, constituindo a chamada ‘memória coletiva’. Assim, sedimentam-se nela fatos, saberes, cultura e linguagem constituindo a memória coletiva de um povo.

Schmidt e Mahfoud (1993, p. 291) explicam a memória coletiva como o “trabalho que um determinado grupo social realiza, articulando e organizando as lembranças em quadros sociais comuns”. Para os povos quilombolas, a memória coletiva se efetiva e se organiza por meio das narrativas orais da população mais velha de suas comunidades, haja vista não se ter ainda documentos que a registre e nem material didático que a desenvolva enquanto conteúdo escolar no processo de formação das crianças e dos jovens a fim de fortalecer suas histórias e suas culturas fazendo-as visíveis no processo de construção da identidade e do reconhecimento da luta da população negra por liberdade e por direitos. No exercício da oralidade, os mais velhos transmitem seus conhecimentos para as novas gerações, tornando a história oral mais do que apenas uma técnica de transmissão, mas uma oportunidade de

reconstrução do passado (GONÇALVES; GONÇALVES, 2017).

Freire (1987, p. 108) nos diz que “existir, humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo”, mas para isso necessitamos ter uma relação dialógica com o passado colonizador e o presente de invisibilidade, (re)conhecendo o contexto em que se vive e refletindo sobre ele para que os sujeitos se reconheçam. Nesse processo de reconhecimento e de luta está o território. Ele é o elemento mais importante da estrutura social (MALCHER, 2009), pois ele é o lócus da construção da identidade, de perpetuação das tradições, lugar de afirmação, no qual se constituem enquanto sujeitos de direitos, valorizados e acolhidos. O território constrói o sentimento de pertença, visando à posse e o desenvolvimento coletivo e cooperativo,

A vinculação das comunidades ao território se caracteriza como fator fundamental, afinal, além de ser condição de sobrevivência física para os grupos, se constitui como instrumento relevante à afirmação da identidade da comunidade, para a manutenção e continuidade de suas tradições. Importante ressaltar que a terra é pensada não como propriedade individual, mas como apropriação de um grupo (MALCHER, 2009, p. 7-8).

Reconhecer-se é um dos maiores desafios na sociedade atual, principalmente no contexto escolar, sendo a escola permeada de intencionalidade que busca, muitas vezes, uma homogeneização perversa, pois “o saber não está referenciado na experiência do aluno” (MOURA, 2005, p. 72), já a transmissão do saber no chão das comunidades é “fruto da socialização, desenvolve-se de forma natural e informal” (MOURA, 2005, p. 72).

O não reconhecimento dos sujeitos em suas diferenças pela instituição escolar é o que muitas vezes dissemina o preconceito, quando não dá ao outro a condição de se expressar e de se sentir valorizado. Por isso,

A noção de identidade quilombola está estreitamente ligada à ideia de pertença. Essa perspectiva de pertencimento, que baliza os laços identitários nas comunidades e entre elas, parte de princípios que transcendem a consanguinidade e o parentesco, e vinculam-se a ideias tecidas sobre valores, costumes e lutas comuns, além de identidade fundada as experiências compartilhadas de discriminação (SOUZA, 2008, p. 5).

Dessa maneira, o pertencimento étnico é um processo complexo que se dá início a partir do autoconhecimento, da constituição da memória coletiva, da construção da identidade

e da valorização de si e do outro. Sentir-se pertencente é um movimento de consciência das identidades e das diferenças. Silva (2000) nos esclarece que a identidade é autoconcedida, ou seja, um processo realizado pelo próprio sujeito, já a diferença está baseada na compreensão de quem o outro é, sendo, pois, inseparáveis.

É nesse contexto que as comunidades quilombolas lutam para que haja escolas em seu território para que o currículo e a prática docente se voltem para o reconhecimento da comunidade e do indivíduo enquanto quilombola e sujeito de direito. Portanto, essa identidade não é biológica, é uma “construção histórica, social e cultural” (BAIBICH-FARIA; SOARES, 2008, p. 2917), permeada pelas histórias das comunidades que fortalecem o reconhecimento de suas identidades e memórias individuais e coletivas e também o pertencimento étnico.

Assim, sabendo-se que as identidades e diferenças são produzidas ativamente, e “somos nós que as fabricamos, no contexto de relações culturais e sociais” (SILVA, 2000, p.76), aponta o papel importante dos materiais de apoio didático por meio dos livros paradidáticos e sua relevância para a construção de memórias e pertencimentos étnico e culturais porque estes podem influenciar a valorização histórica, cultural e a construção de uma identidade positiva que se distancie da chamada ideologia do branqueamento, compreendida por Silva (2005) como o processo de internalização de uma imagem negativa de si e uma imagem positiva do outro.

Por tais razões, consideramos que ainda há a necessidade de o livro paradidático ser uma política pública na perspectiva da política afirmativa da inclusão, como está orientado nas Leis 10.639/03 e nas DCNEEQ, disponibilizadas às escolas quilombolas. Todavia, essa política afirmativa-precisa, acima de tudo, ser pensada a partir das comunidades quilombolas e com elas gerar representatividades positivas para que não ocorra a rejeição de si e do grupo étnico-racial ao qual se pertence, como nos alerta Silva (2005), ao afirmar que:

Não ser visível nas ilustrações do livro didático e, por outro lado, aparecer desempenhando papéis subalternos, pode contribuir para a criança que pertence ao grupo étnico/racial invisibilizado e estigmatizado desenvolver um processo de auto rejeição e de rejeição ao seu grupo étnico racial (SILVA, 2005, p. 25).

Ter nos livros paradidáticos essa representatividade positiva é essencial para o autorreconhecimento das pessoas subalternizadas e invisibilizadas historicamente para que

possam se enxergar como participantes de uma sociedade e se reconheçam como cidadãos de direito. O alerta de Silva (2005) nos leva a refletir o quanto as comunidades quilombolas precisam continuar resistindo e lutando contra a ideologia do branqueamento.

As histórias orais, que são contadas na comunidade, podem se tornar temas a serem refletidos e transformados em conteúdos escolares. Portanto,

É preciso considerar os saberes da comunidade para ressignificar os conceitos, e construir uma história pautada no reconhecimento étnico dos povos quilombolas. Compreender todo percurso de luta e resistência desde o período da escravidão até os dias atuais implica na busca de uma sociedade igualitária em direitos e valorização da cultura que por muito tempo foi silenciada e esteve ausente em um período histórico, e que ainda hoje permanece na busca por sua presença efetiva na sociedade brasileira (BARBOSA; ARAÚJO; ALENCAR, 2018, p. 140).

Campello e Silva (2018) nos mostram que o que se espera dos livros paradidáticos é que tragam informações verídicas para o incentivo ao processo de aprendizagem no compromisso de apresentar o passado das comunidades, ressignificando o lugar dos quilombolas na atualidade, principalmente no que tange à construção da identidade corroborando com a autoidentificação positiva, gerando um sentimento de pertença à comunidade.

Considerações Finais

Este é um trabalho inicial que ansiamos ampliar, tendo como objeto de estudo os livros paradidáticos na Educação Escolar Quilombola, material de apoio pedagógico que é muito questionado pela ausência de produção na temática voltada à Educação Escolar Quilombola.

A partir deste estudo, fazemos algumas observações: 1. Embora tenhamos encontrado em pesquisa no *Google*, no mercado de obras literárias, sete obras dedicadas à temática quilombola para o processo educativo escolar, ainda são poucos os livros paradidáticos que trabalham temáticas inter-relacionadas à questão dos povos quilombolas; 2. Por meio do estudo bibliográfico, observamos, majoritariamente, uma caracterização negativa dos/as personagens negros/as nos livros paradidáticos, o que faz com que crianças negras não se vejam representadas nas narrativas e nem se reconheçam nas culturas, nas histórias e nas

memórias quilombolas. Este fato faz com que o preconceito e a discriminação sejam perpetuados na sociedade e fiquem enraizados no imaginário das crianças, jovens e adultos pertencentes às comunidades quilombolas; 3. A importância de legislações específicas, como a Lei 10.639/03 e as DCNEEQ, que possam garantir uma educação diferenciada para os povos tradicionais como sujeitos históricos dos livros didáticos escolares. Por esta razão, essas legislações, e de forma especial as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola, são consideradas um marco na perspectiva da valorização cultural dos quilombos e no papel de seu processo educativo, uma vez que pautam a educação escolar nos saberes que são partilhados a partir do chão da comunidade. Como nos afirma Silva (2020), a EEQ transcende os muros físicos da instituição escolar e está firmada no processo de ensino e aprendizagem a partir das experiências; e 4. Os livros paradidáticos são instrumentos que trazem uma nova ótica sobre a realidade dos sujeitos quilombolas, desconstruindo paradigmas por meio da representatividade positiva da cultura, da tradição, da religião, dos fenótipos entre outros aspectos que permeiam as comunidades para que sejam gerados nos/as estudantes o reconhecimento de si e o sentimento de pertença à comunidade na qual vivem.

Sendo assim, há uma maior necessidade de políticas públicas que envolvam a elaboração de materiais de apoio didático, mas que eles sejam desenvolvidos com as comunidades quilombolas, visando fortalecer os processos históricos de luta e de resistência, dando voz e visibilidade àqueles que foram por tanto tempo colocados à margem da sociedade e estereotipados com base em uma cultura eurocêntrica colonizadora.

Os processos para romper com as características de uma educação hegemônica dentro das instituições escolares são longos e árduos. Mas é dentro desse contexto, na luta por uma concepção de educação libertadora, que uma nova história começa a ser contada, personagens que antes eram colocados em situação de subalternização começam a ganhar protagonismo para falar de si e da sua comunidade. Como nos diz Freire (1987), a luta por libertação se dá a partir do conhecer, do ler a sua palavra e expressá-la para a construção e o fortalecimento da conscientização identitária. Nesse processo, podemos compreender o nosso lugar de direito para sermos os autores da nossa própria história.

Referências

ADÃO, Alessandra Barbosa. Literatura Afro-brasileira Infanto-juvenil: Panorama e Discussão. **Revista Porto das Letras**, Vol. 6, Nº 2. p. 60-78, 2020. Disponível em: istemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/portodasletras/article/view/9352. Acesso em: jul. 2021.

ALARCÃO, Isabel. **Professores reflexivos em uma escola reflexiva**. São Paulo, Cortez, 2003.

BAIBICH-FARIA-Tânia Maria; SOARES, Edimara Gonçalves. Do quilombo à Escola: os efeitos perversos das violências sociais silenciadas. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DA PUCPR EDUCERE, VIII., 2008, Curitiba. **Anais**. Curitiba: PUCPR, p. 2008. Disponível em https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2008/102_163.pdf. Acesso em mai. 2021.

BARBOSA, Dayane Dias. ARAÚJO, Thays Emanuely Alves. ALENCAR, Maria Fernanda dos Santos. Comunidade quilombola de barro vermelho - São Caetano: fortalecimento da identidade e reconhecimento étnico. **Anais do X Colóquio Internacional Paulo Freire: Opressão e Libertação na Atualidade**. v.1, p. 132 a 142, 2018.

BARROS, Marta Oliveira. Bueno, João Batista Gonçalves. Educação Quilombola: Diálogo entre a educação formal e conhecimento popular. **IV Colóquio Internacional Educação, Cidadania e Exclusão: Didática e avaliação**. 2015. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/ceduce/2015/TRABALHO_EV047_MD1_SA7_ID144_04052015153934.pdf. Acesso em: mar. 2021.

BATISTA, Maria do Socorro Xavier. Educação popular em movimentos sociais: construção coletiva de concepções e práticas educativas emancipatórias. **Anais 28ª Reunião Anual da ANPEd**. Caxambu, 2005. Disponível em: www.anped.org.br. Acesso em: jun. 2021.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Diário Oficial da União, Brasília, DF: Presidência da República, 5 out. 1988.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB n. 8**, de 20 de novembro de 2012. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF: MEC/CNE/CEB, 21 nov. 2012.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 4**, de 13 de julho de 2010 – Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Câmara de Educação Básica – MEC/CNE/CEB, 2010.

CAMPELLO, Bernadete Santos. SILVA, Eduardo Valadares. Subsídios para esclarecimento do conceito de livro paradidático. **Bibl. Esc. em R**. Ribeirão Preto, v. 6, n. 1, p. 64-80. 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/berev/article/view/143430/147738>. Acesso em: mai. 2021.

CAMPOS, Margarida Cássia. GALLINARI, Tainara Sussai. A Educação Escolar Quilombola e as escolas quilombolas no Brasil. **Revista Nera**. ANO 20, n. 35 – Jan/abr. 2017. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/4894/3688>. Acesso em: mai. 2021.

CANDAU, Vera Maria. **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CARRIL, Lourdes de Fátima Bezerra. Os desafios da educação quilombola no Brasil: o território como contexto e texto. **Revista Brasileira de Educação**. V. 22 n. 69 abr-jun. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/L9vwgCcgBY6sF4KwMpdYcfK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: mar. 2021.

ESTEBAN, Maria Teresa. TAVARES, Maria Tereza Goudard. Educação popular e a escola pública: Antigas questões e novos horizontes. In: STRECK, Danilo R., ESTEBAN, Maria Teresa (org.) **Educação popular: lugar de construção social coletiva**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

FAIAD, Caio Ricardo. Resenha do livro “O Kalunga tem história: desafios para o ensino de química na educação escolar quilombola”, de Juliana Moraes Franzão e Guimes Rodrigues Filho. **Balbúrdia-Revista de Divulgação Científica dos Discentes do Programa de Pós-Graduação Interunidades em Ensino de Ciências da Universidade de São Paulo (PIEC-USP)**. (junho de 2020). Disponível em: <https://sites.usp.br/revistabalburdia/ensinando-quimica-em-comunidades-quilombolas-com-o-livro-o-kalunga-tem-historia/#:~:text=Rico%20na%20proposi%C3%A7%C3%A3o%20O%20Kalunga,raciais%20na%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20B%C3%A1sica%20E2%80%94conforme>.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 56^a ed.- Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Editora Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1986.

FREITAS, Raquel da Silva. ARAÚJO, Thays Emanuely Alves de. A Educação Quilombola sobre a ótica libertadora de Paulo Freire e o pensamento pós-colonial. Encontro Redestrado Brasil, 10, 2019, Recife, PE. **Anais do 10º Encontro Redestrado Brasil Autonomia do Trabalho Docente: caminhos para sua organização político-pedagógica**. - Recife: Rede Estrado, 2019. p.2501. Disponível em: <http://redeestrado.org/wp-content/uploads/2019/06/Anais-Redestrado-2019.pdf>. Acesso em: mai. 2021.

GENNARI, Emilio. **Em busca de liberdade: Traços de lutas escravas no Brasil**. 2^a ed. 2011.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial: por um projeto educativo emancipatório. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 2, n. 2-3, p. 95 a 108. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/127/230>. Acesso em: jun. 2021.

GONÇALVES, Dinalva Pereira; GONÇALVES, Pêdra Paula Pereira. História e Memória de Quilombo: Raízes, Relatos da Comunidade Ramal de Quindiuá em Bequimão/MA. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S.l.], v. 9, p. 199-223, dez. 2017. ISSN 2177-2770. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/486>. Acesso em: 23 abr. 2021.

HURTADO, Carlos Núñez. **A Educação popular: conceito que se define na práxis. Educar para transformar, transformar para educar**, 2015. Disponível em <https://www.ifibe.edu.br/arq/201509141742421165209325.pdf>. Acesso em: mai. 2021.

LOBÃO, Alexandre. **Quilombos e quilombolas: Passado e presente de lutas**. Blog Oficial do autor. Disponível em: https://www.alexandrelobao.com/Livros/Quilombos-e-Quilombolas-_Passado-e-Presente-de-Lutas. Acesso em: set. 2021.

MALCHER, Maria Albenize Farias. Identidade quilombola e território. **Comunicações do III Fórum Mundial de Teologia e Libertação**. Belém, 21 a 25 de jan. 2009. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiacultural/120.pdf>. Acesso em: jul. 2021.

MARQUES, Bruna de Campos; LEON RAMÍREZ, Germana Ponce de. **Quilombo Quilombola**. Ilustrações de Sidney Meireles. Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 2018. Disponível em: <https://biblioteca.sdasystems.org/terminal/Acervo/Detalhe/124994?returnUrl=/terminal/Home/Index&guid=1595203205019>. Acesso em: set. 2021.

MELO, Elizabete Amorim de Almeida. **Livros paradidáticos de Língua Portuguesa para crianças: uma fórmula editorial para o universo escolar**. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) – FE/Unicamp, Campinas, SP.

MENEZES, Ebenezer Takuno de. Verbete paradidáticos. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira** - EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em: <https://www.educabrasil.com.br/paradidaticos/> Acesso em: 22 abr. 2021.

MOURA, Glória. O direito à diferença. In: MUNANGA, Kabengele (org). **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 69–82.

PAULUCIO, Jéssica Figueiredo. Paradidáticos na sala de aula [recurso eletrônico]: **diálogos, experiência e leitura**. Vitória: Instituto Federal do Espírito Santo, 2018. Disponível em <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/553785/2/Produto%20Educativo%20-%20Jessica.pdf> Acesso em: fev. 2021.

PRODANOV, Cleber Cristiano. FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do Trabalho Científico**: métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SANTOS, Adilza Alves. ROCHA, Almir João. ALENCAR, Maria Fernanda dos Santos. Narrativas de histórias de vidas não contadas: marcas de identidade quilombola-comunidade de Guaraciaba. **Anais - Resumos Expandido do Pré-Colóquio Paulo Freire do Agreste de Pernambuco-Caruaru**. Centro Paulo Freire-Estudos e Pesquisa. Universidade Federal de Pernambuco- Centro Acadêmico Do Agreste (Caruaru). Disponível em: https://edicoes.centropaulofreire.com.br/2018/pre-caruaru/util/arquivos/RESUMOS_EXPANDIDOS_ANAIS_DO_PR%C3%89-COLOQUIO_PAULO_FREIRE_DO_AGRESTE_CARUARU_2018.pdf . Acesso em: mai. 2021.

SERRANO, Gisella, PEREIRA, Mateus Henrique. PORTO, Amélia. **Quilombolas e Quilombos**: Histórias do Povo Brasileiro. Editora Roma, 2012. Disponível em: <https://ronaeditora.com.br/loja/paradidaticos/quilombolas-e-quilombos-historias-do-povo-brasileiro/> Acesso em: ago. 2021.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Ana Célia da. A desconstrução da discriminação no livro didático. In: MUNANGA, Kabengele (org). **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 21–37.

SILVA, Felipe Pereira da. **A representação do negro na literatura infantojuvenil de Ana Maria Machado**. 2016. 130 p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Literatura e Interculturalidade - PPGLI) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande. Disponível em: https://pos-graduacao.uepb.edu.br/ppgli/download/dissertacoes/disserta%C3%A7%C3%B5es_2014/DISERTACAO-FELIPE.pdf. Acesso em: fev. 2021.

SILVA, Gilvânia Maria. O currículo escolar: identidade e educação quilombola. **XXV Simpósio brasileiro II Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação**, 2010, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompletos/comunicacoesRelatos/0213.pdf> Acesso em: mar. 2021.

SILVA, Maria Liliane Santos da. **O fortalecimento da identidade quilombola a partir do livro literário em uma turma multisseriada**: um estudo de caso na E. M. Educador Paulo Freire, no quilombo Cruz da Menina-PB. João Pessoa, 2020. 132 f. : il. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/20991/1/MariaLilianeSantosDaSilva_Dissert.pdf. Acesso em: abr. 2021.

SILVA, Tomás Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SILVA FILHO, João Bernardo da. LISBOA, Andrezza. **Quilombolas: Resistência, História e Cultura**. Editora IBEP., 2013. Disponível em: https://www.amazon.com.br/Quilombolas-Resist%C3%A2ncia-Hist%C3%B3ria-Cultura-Bernardo/dp/8534234981#detailBullets_feature_div. Acesso em: ago. 2021.

SOUZA, Angélica Silva de. OLIVEIRA, Guilherme Saramago de. ALVES, Laís Hilário. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da Fucamp**, v. 20, n. 43, p. 64-83/2001. Disponível em: <https://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/cadernos/article/view/2336/1441#> Acesso em: mar. 2021.

SOUZA, Bárbara Oliveira de. Movimentos Quilombolas: Reflexões sobre seus aspectos político-organizativos e identitários. **26ª. Reunião Brasileira de Antropologia**, realizada entre os dias 01 e 04 de junho/2008, Porto Seguro, Bahia, Brasil. Disponível em: <https://silo.tips/download/movimento-quilombola-reflexoes-sobre-seus-aspectos-politico-organizativos-e-iden>. Acesso em: jun. 2021.

SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval; MAHFOUD, Miguel. Halbwachs: memória coletiva e experiência. **Psicologia/USP**, São Paulo, v. 4 n. 1-2, 1993. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/34481/37219>.

Submissão em: 28/06/2022

Aceito em: 13/04/2023

Citações e referências conforme normas da:

